

INFORMATIVO SEMANAL ASSESPRO

Os principais temas da semana para o setor de TI

Executivo comunica veto integral à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos. O presidente **Lula** (PT) vetou integralmente o [PL 334/2023](#) (*prorrogação da desoneração da folha até 2027*). Agora, caberá ao Congresso Nacional promover a avaliação quanto a manutenção ou derrubada do veto, o que deve ocorrer já nas próximas semanas.

Haddad promete alternativa à desoneração da folha para evitar que Congresso derrube veto. O ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) anunciou que apresentará em dezembro uma “alternativa robusta” à política de desoneração da folha de pagamentos. Haddad defende o veto total de Lula à prorrogação da medida, alegando que a política não gerou os empregos esperados e possui um custo significativo e que não acredita que o fim da medida resulte em demissões em massa. Ele não revelou detalhes sobre a alternativa, mas afirmou que a medida será apresentada ao presidente após sua volta de viagem à Dubai. Haddad também mencionou a importância da votação da reforma tributária ([PEC 45/2019](#)) e da [MPV 1185/2023](#) (*crédito fiscal de subvenção para investimento*) antes de qualquer decisão sobre a desoneração. Ao defender o veto de Lula, Haddad ressaltou que o Congresso Nacional deve esperar para ouvir as razões do veto e as alternativas propostas antes de tomar qualquer decisão. Com informações de: [Convergência Digital](#)

MDIC designa Federação Assespro para composição do Fórum de Comércio e Serviços. Foi publicada, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a [Portaria nº 340/2023](#), que regulamenta composição do Fórum MDIC de Comércio e Serviços (FMCS) e suas Câmaras Setoriais. O Fórum é estruturado ainda por meio de 2 Câmaras Setoriais: **(i)** a Câmara de Comércio e Serviços Conectados ao Varejo; e **(ii)** a Câmara de Serviços Baseados em Conhecimento. Está prevista ainda a possibilidade do funcionamento de até 4 Grupos de Trabalho (GTs), de caráter temporário e duração não superior a 1 ano, para subsidiar atividades e deliberações específicas dentro de cada Câmara.

Governo vai criar Política de Cibersegurança por decreto e adia agência nacional. Governo federal irá criar uma Política Nacional de Cibersegurança por etapas, seguindo instruções do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A primeira fase irá acontecer por meio de um decreto presidencial a ser assinado nas próximas semanas, com a criação de uma política nacional e um Comitê interministerial. A possibilidade de criar uma Agência Nacional de Cibersegurança fica em espera para um futuro projeto de lei devido a dificuldades fiscais para criação de despesas. Segundo o coordenador do PNCiber, **Marcelo Malagutti**, o problema reside na dificuldade em criar despesas, mas o governo busca uma solução para custeio da agência. O Comitê Nacional de Cibersegurança, por sua vez, terá a participação de 14 representantes do governo, além do CGI.br e 9 representantes da sociedade. Malagutti ressaltou que a política nacional será implantada em breve, e a Agência Nacional de Cibersegurança será mantida como um objetivo futuro, uma vez que os ataques cibernéticos são inevitáveis e é necessário estar preparado para lidar com as possíveis crises. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Nomeado secretário-executivo do MEMP. No âmbito do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), foi nomeado para exercer o cargo de secretário-executivo, Renato Soares Peres Ferreira.